15/02/2016

APEOESP

9

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à CNTE e CUT

CER DEFINE CALENDÁRIO E EIXOS DE LUTA PARA 2016

Assembleia será no dia 08/04. Reuniões de RE ocorrem 08/03 e novo CER no dia 17/03.

Em março, vamos realizar uma grande Conferência Popular de Educação

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP realizou no dia 13/02, sábado, sua primeira reunião de 2016, com grande participação de conselheiros e conselheiras de todo o estado.

Foi realizado um amplo debate sobre as lutas da nossa categoria e sobre a situação da educação pública em nosso estado. O CER concluiu que neste ano teremos a continuidade das lutas de 2015, uma vez que os problemas não foram resolvidos. Ao contrário, foram agravados por recentes ataques do Governo, como a "reorganização silenciosa" em curso (com fechamentos de classes, turnos e níveis de ensino) e a absurda decisão de considerar faltas injustificadas, sujeitas a descontos, as faltas de professores e professoras doentes, que aguardam a publicação de suas licenças em "Diário Oficial". Também o roubo da merenda escolar, perpetrado por altos escalões do governo tucano e aliados em dezenas de prefeituras, compõe um quadro desafiador em 2016. O CER posicionou-se sobre essas e outras questões, aprovando medidas que detalharemos mais adiante.

O papel central da APEOESP nas lutas de 2015

Os conselheiros e conselheiras destacaram o importante papel cumprido pela APEOESP, no ano de 2015. Entre outros aspectos, foi assinalado que apesar de não conseguido obter aumento salarial (devido à intransigência do Governo), a greve de 92 dias realizada entre 13 de março e 12 de junho foi um marco histórico, resultando no pagamento integral dos dias parados (derrotando o Governo no TJSP e no STF).

Depois, a APEOESP conseguiu impedir que o Governo realizasse uma reforma no ensino médio (pela qual o estudante escolheria livremente as disciplinas que cursaria no 2º e 3º ano) e, em aliança com estudantes, pais e movimentos sociais, conseguimos impedir o fechamento de 94 escolas e a reorganização de outras 754 unidades, que prejudicaria milhares de estudantes, suas famílias e também professores e funcionários.

A seguir, informamos um resumo das principais decisões:

a) Reajuste zero de novo? Nem pensar.

Os professores não aceitam mais um ano sem reajuste salarial.

O CER reafirmou o conceito de valorização da nossa profissão, que passa pela afirmação de que nenhum professor ou professora pode ganhar menos que os demais profissionais com formação de nível superior, como prevê a meta 17 do PNE. Por isso, queremos

que se estabeleça uma mesa permanente de negociação e já dissemos isto ao Secretário na reunião que ele manteve conosco no dia 2/02. E vamos reafirmar na próxima reunião.

Ao mesmo tempo, frente às perdas salariais que vimos acumulando, o CER decidiu remeter aos representantes de escolas e de aposentados estudos sobre a inflação do período para que, diante desses números, as reuniões de RE/RA de 08/03 possam propor o índice de reajuste salarial intermediário que levaremos ao Governo, para repor essas perdas inflacionárias.

As reuniões de representantes no dia 08/03 devem também formular ponto a ponto as nossas reivindicações e os passos da nossa campanha, lembrando que um dos itens prioritárias da nossa luta, junto com a questão salarial, é a efetiva aplicação da jornada do piso, cujos processos se encontram nos tribunais superiores em Brasília.

Não aceitamos também que as escolas percam qualidade. Pelo contrário, lutamos por melhores condições de trabalho e de ensino-aprendizagem, para que haja mais qualidade na educação pública no estado de São Paulo.

Assembleia será no dia 08/04

Para deliberar sobre a pauta de reivindicações, precedida de amplo debate na base da categoria, o CER decidiu marcar para o dia **08/04** a primeira **assembleia estadual dos professores**, precedida – como já dissemos - de **reuniões de RE/RA** no dia **08/03** e de uma reunião do **CER** no dia **17/03**, durante a realização da Conferência Popular de Educação (veja adiante).

Recomenda-se às subsedes que no dia 08/03, além da reunião de representantes, realizem atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

b) Denunciamos a "reorganização silenciosa" ao Ministério Público

Nós não aceitamos a "reorganização silenciosa" das escolas que vem sendo feita – embora o Secretário negue – e vamos continuar a denunciá-la.

Já contabilizamos mais de 1050 classes fechadas e sabemos que este número pode até mesmo dobrar, pois ainda faltam informações de muitas regiões. A consequência óbvia é a superlotação das salas de aula. Nós lutamos para que o limite de estudantes por classe seja de 25 em toda a educação básica, exceto na educação infantil, que deve ser menor, de acordo com suas especificidades.

É importante registrar que existe um fluxo de estudantes das escolas privadas para as escolas públicas devido às atuais dificuldades financeiras das famílias, o que exige a abertura de novas classes para evitar a superlotação. Entretanto, há escolas fechando turnos (sobretudo noturno), deixando estudantes sem opção a não ser migrar para outras escolas ou aguardar a idade necessária para frequentar a EJA. Isto pode explicar porque "sumiram" mais de 260 mil estudantes da rede estadual de ensino entre 2014 e 2015. Pura e simples exclusão!

Há escolas que recusam matrículas no primeiro, sexto ano ou nono ano do ensino fundamental ou no ensino médio, embora haja demanda. Está se processando, sim, uma reorganização, à revelia da decisão judicial, e já fizemos a denúncia ao Ministério Público, anexando os dados coletados.

c) Conferência Popular de Educação

Não queremos realizar apenas discussões pontuais sobre a situação da rede estadual de ensino, caso a caso. Há uma concepção de Estado e de educação envolvida em cada medida tomada por esse Governo. E nós temos nossa concepção de Estado, de sociedade, de educação.

É preciso que, como determinou a justiça, a Secretaria promova amplo debate, com participação da população. Vamos cobrar isto do Secretário da Educação, mas desde já vamos começar esse debate nas escolas, nas regiões, com os movimentos sociais, com professores, pais, estudantes e toda a sociedade.

O CER aprovou, assim, a realização de uma grande **Conferência Popular de Educação**, da forma mais aberta e massiva possível, com ampla participação de todos os segmentos, nos dias 1**5, 16 e 17/03**, precedida de **conferências escolares**, a se realizarem entre **22/02** e **07/03**. No dia **17/03**, ao final dos trabalhos, realizaremos uma **caminhada rumo à sede da SEE**, onde entregaremos o manifesto em defesa da educação pública de qualidade no estado de São Paulo.

Queremos novas fontes de financiamento da educação, gestão democrática, discutir currículo, organização dos espaços e tempos escolares, os projetos arquitetônicos das escolas, todos os ataques que o Governo faz aos profissionais da educação e à escola pública, como a questão das licenças médicas, corte de verbas, roubo da merenda e tantos outros. Também devemos debater o Plano Estadual de Educação.

Para organizar uma conferência verdadeiramente representativa, a APEOESP está convocando uma **reunião do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, a realizar-se no dia 18/03**. Também irá procurar todas as lideranças estudantis, estudantes que participaram das ocupações, pais e demais entidades e segmentos não representados ainda no “Grito”.

Gestão democrática é um eixo central

Precisamos de gestão democrática nas escolas, que os conselhos de escolas sejam democráticos e funcionem, que existam grêmios livres, que as Associações de Pais e Mestres sejam espaços também de discussão do projeto pedagógico da escola. Os conselhos de escola, com funcionamento efetivo e democrático, devem ser o órgão de gestão das escolas e a partir dele outros espaços participativos, como comissões, podem ser criados por vontade da comunidade escolar, como mostrou a experiência das ocupações. A gestão educacional não pode ser prerrogativa das estruturas verticais da Secretaria.

d) O SARESP tem que ser debatido. Preparar novo boicote. Não à política de bônus

O CER definiu que a categoria deve realizar um profundo debate sobre o SARESP, sob seus aspectos educacionais (ou seja, como método de avaliação do rendimento escolar) e com relação aos seus impactos sobre a questão salarial.

A APEOESP já definiu com clareza que é contra bônus ou qualquer outro tipo de benefício salarial vinculado ao rendimento escolar. Por isso, lutamos para que os valores destinados a pagamento de bônus sejam incorporados aos salários, por meio de reajuste linear.

O CER definiu, por outro lado, que sejam tomadas medidas preparatórias para um boicote ainda maior ao SARESP em 2016, tendo em vista que a própria SEE admite que em 2015 houve um boicote de 20% em relação ao total de provas desta avaliação.

e) APEOESP ingressou com ação judicial para garantir direitos dos professores e professoras doentes

A APEOESP não vai tolerar que o Governo Estadual ataque de forma covarde os professores e professoras doentes, que aguardam a publicação de suas licenças-saúde, o que só pode ser feito após realização de perícia. Por isso, o sindicato ingressou com ação coletiva, com pedido de liminar, contra a determinação para que as unidades consignem faltas injustificadas para que sejam descontados os dias correspondentes ao período de licença até que o parecer final do DPME seja publicado no "Diário Oficial".

Além disso, os professores e professoras que forem prejudicados(as) com esta medida devem procurar o Departamento Jurídico de sua subsede.

f) Em defesa do IAMSPE e saúde na rede estadual

Além do ataque às licenças médicas, a saúde dos professores e professoras sofre também com o descaso do Governo Estadual em relação ao IAMSPE.

O Estado não aplica no IAMSPE sua cota-parte de 2% sobre a folha de pagamento, resultando assim que nós, servidores, é que sustentamos sozinhos o Instituto, salvo pelo esporádico aporte de alguma verba extra.

Com isso, há graves problemas estruturais e operacionais no IAMSPE e o atendimento permanece deficiente e ainda muito centralizado, com sucessivos rompimentos de convênios com clínicas e hospitais em todo o estado.

Diante deste quadro, o CER decidiu pela massiva participação da categoria **no ato em defesa do IAMSPE, no dia 25/02, às 11h30, em frente ao Hospital do Servidor**, na rua Borges Lagoa, em São Paulo, onde todo o funcionalismo vai protestar e apresentar suas reivindicações.

O CER também decidiu que as reuniões de representantes devem debater a possibilidade de que os professores e professoras recusem-se a autorizar os desconto de suas contribuições, caso não haja efetivas melhorias no IAMSPE.

Foi aprovada ainda a realização de **uma reunião estadual com todos os representantes da APEOESP na CCM e CEAMAs do IAMSPE** e a solicitação de **reunião com o superintendente do IAMSPE** para cobrar o **envio do projeto de lei que dá aos professores da "categoria O" o direito a assistência médica**, conforme já negociado nas greves de 2013 e 2015. Vamos também cobrar a efetivação do Conselho de Administração do IAMSPE.

A APEOESP também orienta seus diretores, conselheiros e representantes a promover em toda a rede estadual de ensino uma ampla discussão sobre a saúde pública, sobretudo no momento em que enfrentamos problemas com a proliferação do mosquito aedes aegipty (que transmite doenças dengue, Zika e Chikungunya), ao mesmo tempo em que o Estado corta verbas nas unidades escolares.

g) Garantia dos direitos dos professores da "categoria O"

Até o momento o Governo não apresentou solução para adequar os direitos dos professores da "categoria O" ao novo prazo de vigência dos contratos (três anos). Professores que tiveram seus contratos prorrogados até o momento não receberam férias! Também o número de faltas abonadas e justificadas não foi ajustado. A APEOESP vai insistir junto ao Secretário e já prepara ação judicial para assegurar os direitos deste segmento da nossa categoria.

Cadastro emergencial

A APEOESP também voltará a cobrar da SEE que atue junto ao Governador para que abra a possibilidade dos professores remanescentes de concursos e aqueles que cumpriram quarentena de participarem de atribuições de aulas, por meio da abertura de cadastro.

h) Quem rouba comida das crianças tem que ir para a cadeia

O CER deliberou que a categoria irá incorporar em sua campanha um firme posicionamento contra todos os roubos e desvios de recursos da educação, como ocorre neste escandaloso caso da merenda escolar, que precisa ser apurado rigorosamente para os culpados sejam presos e confiscados todos os bens obtidos por meio desse crime hediondo.

Por isso, estaremos massivamente **presentes na Assembleia Legislativa, no dia 23/02, às 13 horas**, para pressionar os deputados e deputadas a aprovarem a instalação da **CPI da Merenda Escolar**, para apurar este crime, que tem o suposto envolvimento do Presidente da Casa, dois Secretários de Estado, o ex-secretário da Educação e o ex-Chefe de Gabinete da Pasta, entre muitos outros. O CER também aprovou uma campanha com faixas, cartazes e outros materiais.

Vamos discutir nas escolas e na Conferência Popular de Educação também a própria função da merenda escolar, sua qualidade e seu cardápio, pois nem sempre a merenda produzida e servida nas escolas estaduais é adequada às necessidades de nossas crianças e jovens.

i) Não à redução de professores coordenadores nas escolas

O CER deliberou que a APEOESP irá insistir com a SEE para que altere novamente o módulo de PCs, para que nenhuma unidade perca coordenadores, em relação ao número existente em 2015.

Há, por exemplo, o caso de escolas com os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, três turnos, com menos de 30 classes e que, no entanto, não tem o mínimo de 8 classes no noturno.

Os conselheiros e conselheiras aprovaram, ainda, a realização de um **Encontro Estadual de Professores Coordenadores**, para discutir seu papel na escola pública estadual, em data a ser definida.

j) Debater a Base Nacional Comum Curricular

Como é do conhecimento de todos, está em discussão (consulta pública) uma proposta para a Base Nacional Comum Curricular, elaborada por especialistas.

A APEOESP disponibilizará um documento que chama a atenção para os principais pontos da proposta, para que os(as) professores(as) possam debater o assunto, formulando eventuais contribuições.

k) A APEOESP é contra a reforma da Previdência e retirada de direitos dos trabalhadores

O CER deliberou que a APEOESP irá participar da manifestação nacional organizada pela CUT para realizar-se no dia 31/03 em Brasília e continuará participando de todas as iniciativas contra a reforma da Previdência e qualquer ação governamental para tirar direitos dos trabalhadores.

Em relação às aposentadorias dos professores e professoras, a APEOESP publicará e disponibilizará amplamente o "passo-a-passo" da aposentadoria e vai solicitar, junto com demais entidades do funcionalismo, uma reunião com a SPPREV para exigir o fim do desconto das licenças na contagem do tempo para aposentadorias.

CALENDÁRIO

De 22/02 a 07/03 – Conferências Escolares

Dia 23/02 – 13 h – manifestação pela CPI da merenda escolar na ALESP

Dia 25/02 – 11h30 – manifestação em defesa do IAMESP – Hospital do Servidor – Rua Pedro de Toledo, 1800 – São Paulo.

Dia 08/03 – Reuniões de Representantes – Dia Internacional da Mulher.

Dias 15, 16, 17/03 – Conferência Popular de Educação

Dia 17/03 – CER

Dia 17/03 – ao final da Conferência, caminhada até a SEE.

Dia 31/03 – manifestação contra a reforma da Previdência e a retirada de direitos – Brasília/DF

Dia 08/04 – Assembleia Estadual

CONFERÊNCIAS ESCOLARES

De 22/02 a 07/03 nas escolas públicas estaduais.

Mobilize a sua comunidade – professores, pais, estudantes, funcionários. Todos juntos por educação pública de qualidade!

CONFERÊNCIA POPULAR DE EDUCAÇÃO

15,16,17 de março – São Paulo